

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE**REQUERIMENTO Nº _____, DE 2022****(Do Sr. JORGE SOLLA)**

Requer o aditamento do Requerimento nº 111/2022 para realização de Audiência Pública incluindo novos convidados e os recentes cortes orçamentários do Ministério da Educação (MEC).

Senhor Presidente,

Com base no Artigo 24, Inciso III, combinado com o Artigo 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e ouvido o Plenário desta Comissão, requeiro a Vossa Excelência o aditamento ao Requerimento nº 111/2022, já aprovado por esta Comissão, para que possamos incluir novos participantes e agregar como tema os recentes cortes orçamentários determinados pelo MEC.

Para tanto solicito sejam incluídos como convidados, sem prejuízo dos já elencados no REQ nº 111/22:

- Ministério da Educação – Representante;
- Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) – Representante.



JUSTIFICAÇÃO

Na última segunda-feira (28 de novembro), faltando pouco mais um mês para o fim deste governo, o governo federal por meio do Ministério da Educação fez um novo bloqueio de verbas para as instituições de ensino e retirou todos os limites de empenho distribuídos e não utilizados pelas instituições, enquanto define um valor efetivo para o bloqueio orçamentário.

Segundo o presidente da Andifes Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Ricardo Marcelo Fonseca, o bloqueio de verbas teria alcançado R\$ 1,68 bilhão do MEC. No final de setembro, a pasta já havia anunciado um bloqueio de ao menos R\$ 2,4 bilhões. Mas, diante dos protestos das instituições federais, em meio à campanha presidencial para o segundo turno das eleições de outubro, acabou recuando e desbloqueando as verbas.

Agora, com o novo bloqueio, o Ministério da Educação zerou as contas da rede federal das instituições federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, segundo o Conif, o conselho nacional dessas entidades. Na metade do ano, já foram bloqueados R\$ 438 milhões das universidades. Com o novo bloqueio, a UnB, por exemplo, que já perdeu R\$ 36,3 milhões em 2022, deve ficar sem outros R\$ 2 milhões, comprometendo até mesmo a manutenção de prédios da UnB.

O bloqueio atinge valores discricionários (não obrigatórios) do orçamento federal para a Educação, o que abarca despesas como assistência estudantil, bolsas de estudo, atividades de ensino, pesquisa e extensão, visitas técnicas e insumos de laboratórios, serviços de limpeza e segurança dos campi, segundo o Conif. Mas até o pagamento de salários deverá ser afetado como dos cerca de 900 profissionais extraquadros que complementam a mão de obra do Complexo Hospitalar e da Saúde da UFRJ. O complexo hospitalar



incluiu o Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, que é o maior do estado do Rio em volume de consultas ambulatoriais.

Em suma, todo o sistema de instituições de ensino federais que já enfrentam imensas dificuldades para honrar os compromissos de suas despesas mais básicas, tem a situação agravada, “no apagar das luzes” do exercício orçamentário de 2022. Peço, portanto o apoio dos nobres pares para a aprovação deste aditamento e a realização da audiência pública com novo formato.

Sala da Comissão, em 1º de dezembro de 2022.



JORGE SOLLA
Deputado Federal (PT-BA)

